

1 **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA**

2 **ATA Nº. 39/2023**

3 *(Plenária Presencial)*

4 Aos vinte oito dias do mês de novembro de dois mil e vinte três, às quatorze horas, reuniram-  
5 se para Assembleia Ordinária do Conselho Municipal do Idoso do Município de Porto Alegre,  
6 na sede da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SMDS, Avenida João Pessoa,  
7 1105 – Bairro Azenha – Porto Alegre-RS, sob a Presidência de **NELI MIOTTO e RUY**  
8 **PEDRO BARATZ RIBEIRO**, com a presença dos:

9 **CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL**

10 Neli Miotto, **Bancos Sociais do Rio Grande do Sul**; Roselaine Aguirre, **Sociedade Porto-**  
11 **alegrense de Auxílio aos Necessitados – SPAAN**; Eleonora Kehles Spinato, **Clube de Mães**  
12 **Cristal**; Ana Beatriz da Silva Freitas e Anete Maria Nunes de Oliveira, **Sociedade Espírita**  
13 **Maria de Nazaré**; Maria Inês Andreotti Pereira, **Parceiros Voluntários**; Raquel Souza  
14 Pereira, **Instituto Pobres Servos da Divina Providência – IPSDP**; Carla Schwanke, **IGG**  
15 **PUCRS**; Michele Rodrigues, **Associação Comunitária do Campo da Tuca – ACCAT**;  
16 Elisiane Albuquerque, **Asilo Padre Cacique**; e Ruy Pedro Baratz Ribeiro, **Lar da Amizade**.

17 **CONSELHEIROS DO GOVERNO**

18 Maria da Graça Furtado, **Fundação de Assistência Social e Cidadania – Fasc**; Sônia Rejane  
19 dos Santos Vieira, **Secretaria Municipal da Fazenda - SMF**; Cristina Koller Sander,  
20 **Secretaria Municipal da Cultura e Economia Criativa – SMCEC**; Clésia Ziemann,  
21 **Secretaria Municipal da Saúde – SMS**; Diego Rojas, **Secretaria Municipal de Esporte,**  
22 **Lazer e Juventude – Smelj**; e Carlos Fernando Simões Filho, **Secretaria Municipal de**  
23 **Governança Local – SMGOV**.

24 **DEMAIS PRESENTES**

25 Daniela, Jennifer, Rochele Neves, Rodrigo Signorini, e Daniel Teixeira Canti,  
26 **Administrativos SMDS**; e Patrícia Costa, **Taquígrafa – TG Taquigrafia**.

27 Após a conferência de *quorum* foram iniciados os trabalhos da Ordem do Dia.

28 **- ABERTURA, APRECIÇÃO DE ATA E PAUTA:**

29 **Neli Miotto, Bancos Sociais do Rio Grande do Sul:** Nós já temos *quorum*. Vamos projetar a  
30 pauta ali. Boa tarde a todas, a todos. Vamos dar início a nossa plenária de nº 39. Hoje nós  
31 temos uma plenária um pouco mais curta, porque a Rochele a partir das 15h30min vem para  
32 continuar a apresentação da SMDS. Como a plenária é mais curta nós temos que dar uma

33 acelerada, temos pautas das câmaras, senão não vamos dar conta do que a gente precisa,  
34 enfim, verificar. Então, vamos para a Ata nº 31. Eu li, para mim está ok. Não sei se alguém  
35 tem alguma correção a fazer. Está ok? Aprovamos? Alguém é contra? Então, aprovamos a ata.  
36 **APROVADA A ATA Nº 31/2023.** A pauta, ela está ali projetada, já estávamos formando ela.  
37 Se alguém tiver algo a acrescentar ou diferente do que está ali. Seria isso mesmo? Ok? Bom,  
38 vamos à Câmara de Registros, então.

39 **- CÂMARA DE REGISTROS - CASA DE REPOUSO MÃE MARIA:**

40 **Eleonora Kehles Spinato, Clube de Mães Cristal:** Esta casa de repouso, nós já visitamos as  
41 outras duas, uma delas foi vendida. A outra era no Sarandi, esta casa é a segunda filial, na Rua  
42 Bogotá, 215. Esta filial foi aberta em 12/08/2022. É uma casa térrea, capacidade para 18  
43 idosos e hoje está com 15. A faixa etária é dos 60 aos 94 anos. Na casa tem 07 quartos, 01  
44 privativo, 03 semiprivativos com 02 camas, 02 quartos com 03 camas e um coletivo de 05  
45 camas. Há 03 idosos com grau de dependência 03, que geralmente eles colocam nesse  
46 coletivo. Todos os quartos têm ventiladores, exceto um quarto, que tem ar-condicionado a  
47 pedido da família, senão são só ventiladores. Têm sinetas também. Eles fizeram quartos a  
48 mais e esses quartos ficaram sem ventilação, por exemplo, dava para a sala de estar, para a  
49 garagem. Então, eles abriam uma janela que dá para a garagem para poder ventilar. Tem  
50 câmeras de monitoramento, tem três banheiros e notamos que alguns banheiros não tinham  
51 barras, mas isso é algo que nós já tínhamos solicitado, a vigilância foi lá e pediu para que  
52 colocassem as barras nos banheiros. Já vão providenciar. Eles têm uma área externa bem boa,  
53 a frente da casa é boa, dá para a frente, eles têm bancos para sentar e ver o movimento, dá  
54 para a frente de uma praça. O posto de enfermagem tem armários fechados com cadeados, as  
55 caixas individualizadas com a medicação e os prontuários organizados. O PPCI ela vai  
56 encaminhar, ela não achei, não sabia onde estava e vai encaminhar. O alvará sanitário também  
57 ficou de encaminhar, o alvará de localização está ok. A equipe de trabalho tem uma  
58 enfermeira 30 horas semanais, 04 técnicos, 03 cuidados, médicos três vezes ao mês,  
59 nutricionista duas vezes semanais, fisio a casa oferece uma vez por semana, se o idoso  
60 precisar mais a família paga. TO é uma vez por semana, que são jogos, música, atividades  
61 assim. Cozinheira é uma mais e mais a fogueira, serviços gerais uma e mais folguista. A sala é  
62 ampla, tem poltronas, o refeitório é pequeno, tem na sala, mas é uma mesa menor. Nós  
63 achamos a casa simples, mas ela está tentando se organizar bem, é uma casa boa, grande. **Ruy**  
64 **Pedro Baratz Ribeiro, Lar da Amizade:** É totalmente térrea. **Ana Beatriz da Silva Freitas,**

65 **Sociedade Espírita Maria de Nazaré:** Ela ainda está adaptando a casa, a gente sabe que as  
66 despesas são muito grandes. Ela sabe o que tem que fazer e está providenciando. É uma casa  
67 bem boa, ela é alta. **Eleonora Kehles Spinato, Clube de Mães Cristal:** Os valores que ela  
68 cobra é de R\$ 3.000,00 a R\$ 4.500,00. O cadastro no Comui com o nº 219. Tem que gerar a  
69 resolução, encaminhar a declaração de cadastro para a instituição e anexar tanto a resolução  
70 quanto a declaração nesse SEI. **Neli Miotto, Bancos Sociais do Rio Grande do Sul:** É isso?  
71 Vamos à votação? Todos concordam com o cadastro? Ok? Então, **APROVADO O**  
72 **CADASTRO DE Nº 219.** Agora a Câmara de Projetos, por gentileza.

73 **- CÂMARA DE PROJETOS – PARCEIROS VOLUNTÁRIOS (SEI 23.0.000145538-9):**  
74 **Maria da Graça Furtado, Fundação de Assistência Social e Cidadania – Fasc:** A entidade  
75 é a Parceiros Voluntários, Projeto Vida Plena. A OSC encaminha solicitação de captação de  
76 recursos para a execução do projeto com duração de 9 meses. O público beneficiário é de  
77 equipes de organizações da sociedade civil e Cras de Porto Alegre, idosos e usuários desses  
78 serviços, atendimento no mínimo a 150 idosos e 40 pessoas das equipes. Objetivo:  
79 proporcionar espaços de reflexão sobre a temática do envelhecimento ativo e bem estar,  
80 através de rodas de conversa e oficinas temáticas. As ações previstas: 08 rodas de conversa,  
81 10 grupos de convivência, totalizando 80 atividades e 03 oficinas para as equipes das OSCs e  
82 Cras que atendem idosos. O valor total do projeto é de R\$ 364.181,054, com retenção de 5%.  
83 O parecer da câmara é favorável à captação. **Neli Miotto, Bancos Sociais do Rio Grande do**  
84 **Sul:** Deixa eu ver se entendi, são 10 grupos e 08 rodas de conversa para cada grupo ou 08  
85 rodas de conversa no total? **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretária Municipal da**  
86 **Fazenda - SMF:** Não, são 80 atividades nisso, são 08 grupos de 10... **Neli Miotto, Bancos**  
87 **Sociais do Rio Grande do Sul:** Tá! Alguma pergunta? Não? Então, em votação, quem  
88 aprova? Então, **APROVADO O PROJETO DE CAPTAÇÃO DA PARCEIROS**  
89 **VOLUNTÁRIOS.** O próximo, a Santa Casa.

90 **- CÂMARA DE PROJETOS – SANTA CASA DE MISERICÓRDIA:**  
91 **Maria da Graça Furtado, Fundação de Assistência Social e Cidadania – Fasc:** Santa Casa  
92 de Misericórdia, Projeto Amparo Oncológico para a Pessoa Idosa, valor total de R\$  
93 8.831.546,97, com retenção de 5%. É apresentada a solicitação de captação de recursos,  
94 projeto novo com foco em proporcionar assistência integral às pessoas idosas de Porto Alegre  
95 que estão em tratamento oncológico na instituição. O objetivo do projeto é melhorar a  
96 qualidade do serviço aos idosos de Porto Alegre em tratamento oncológico, possibilitar ações

97 lúdicas e educativas para minimizar o estresse e a depressão durante o período hospitalar. O  
98 público atendido serão os idosos oncológicos de Porto Alegre que acessam o serviço da Santa  
99 Casa para diagnóstico e tratamento do seu câncer. O público direto são pacientes de Porto  
100 Alegre, acima de 60 anos, referenciados pelo SUS, regulados pelo Município, em torno de 14  
101 mil pacientes. O local é o hospital Santa Rita e o Dom Vicente Scherer, com prazo de 24  
102 meses. O parecer da câmara é favorável ao solicitado pela OSC, com retenção de 5%. **Ruy**  
103 **Pedro Baratz Ribeiro, Lar da Amizade:** Repete onde fala em 14 mil pacientes. **Sônia**  
104 **Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda - SMF:** Ela diz que o público  
105 direto são pacientes de Porto Alegre, acima de 60 anos, referenciados pelo SUS e regulados  
106 pelo Município, o que dá em torno de 14 mil pacientes. **Ruy Pedro Baratz Ribeiro, Lar da**  
107 **Amizade:** Este é o público alvo, não quer dizer que vão atender 14 mil. **Sônia Rejane dos**  
108 **Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda - SMF:** Como podem atender os 12 mil,  
109 14 mil. **Ruy Pedro Baratz Ribeiro, Lar da Amizade:** Entendi. **Sônia Rejane dos Santos**  
110 **Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda - SMF:** É importante dizer que é material  
111 permanente, 7 mil é de material permanente, material de terceiros e de consumo, que é 1  
112 milhão e pouco, totalizando o que estão pedindo. **Neli Miotto, Bancos Sociais do Rio**  
113 **Grande do Sul:** Alguma dúvida? **Eleonora Kehles Spinato, Clube de Mães Cristal:**  
114 Voltamos aquela mesma história. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal**  
115 **da Fazenda - SMF:** É, mas não podemos deixar na nossa caixa até que se defina, a gente tem  
116 que dar andamento para evitar problemas. Ela até ficou mais tempo do que a gente imaginava.  
117 **Anete Maria Nunes de Oliveira, Sociedade Espírita Maria de Nazaré:** O que seria  
118 material de consumo? **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda -**  
119 **SMF:** Ela botou cremes dental, escovas de dente, xampus, materiais de higiene, sabonetes,  
120 são coisas miúdas, desodorantes. [Falas concomitantes]. Não, é só oncologia! É amparo  
121 oncológico para pessoa idosa. **Neli Miotto, Bancos Sociais do Rio Grande do Sul:** A  
122 Comissão de Monitoramento que fique mais atenta, para que a gente possa ir visitar mais  
123 frequentemente a Santa Casa, até para a gente estabelecer e ver o que está sendo requisitado.  
124 Alguma dúvida? Podemos aprovar? Tem alguém que não aprove? **APROVADO O**  
125 **PARECER DA CÂMARA DE PROJETOS.** Vamos para o próximo.  
126 - **CÂMARA DE PROJETOS – LAR MARIA DE NAZARÉ (23.0.000145012-3):**  
127 **Maria da Graça Furtado, Fundação de Assistência Social e Cidadania – Fasc:** Lar Maria  
128 de Nazaré, Projeto Instalação de Placas Solares, valor total de R\$ 128.493,63, com retenção

129 de 5%. Encaminhado o projeto de captação de recurso pelas OSC para aquisição com  
130 instalação de placas solares e aquisição de máquina de lavar roupas, modelo industrial, para o  
131 lar que abriga 40 pessoas idosas. Informa que com a instalação das placas pretende reduzir  
132 40% do custo mensal de energia elétrica e que esses recursos serão aplicados em outras  
133 necessidades operacionais do lar, proporcionando melhorias e qualidade de vida. A câmara  
134 tem parecer favorável à captação para o projeto. **Neli Miotto, Bancos Sociais do Rio Grande**  
135 **do Sul:** Alguma pergunta? Vamos para a votação. Quem aprova? **APROVADO O**  
136 **PARECER DA CÂMARA.** O próximo.

137 **- CÂMARA DE PROJETOS – SOCIEDADE LITERÁRIA SANTO AGOSTINHO:**

138 **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda - SMF:** É o Projeto  
139 Portadores de Deficiência. Este tem o Termo de Fomento nº 015/2019. Tem dois processos  
140 SEI, depois eu dou os números. O que aconteceu? A OSC encaminhou os ofícios em  
141 21/08/2023 solicitando a prorrogação do prazo de aplicação dos recursos financeiros. O  
142 projeto autorizado pela Resolução nº 057/2018, Certificado 007/2018, aprovado para 24  
143 meses. Então, o vencimento era 25/09/2020 e o Termo de Fomento nº 015/2019, com  
144 vencimento de 24 meses, a contar da aprovação. O termo foi assinado em 21/09/2022, então,  
145 com vencimento em 21/09/2023. Só que ela encaminha o ofício em 21/08. Então, ela  
146 encaminhou dentro de um prazo, só que esse ofício só chega na câmara para análise agora.  
147 Ela encaminhou em tempo. Então, assim, esse termo tem na cláusula dele que a vigência será  
148 de 12 meses a contar da assinatura. Como essa assinatura se deu em 21/09/2022, ele valeria  
149 até 21/09/2023. Só que a entidade encaminhou esse ofício em 21/08, está com prazo. O nosso  
150 parecer: Considerando que a OSC encaminhou o Ofício nº 04/2023 em 21/08 e recebemos a  
151 solicitação em 17/11/2023. Em análise ao ofício somos de parecer favorável à solicitação da  
152 OSC. **Neli Miotto, Bancos Sociais do Rio Grande do Sul:** Sim, a OSC não pode ser  
153 penalizada. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda - SMF:** No  
154 ofício ela pede a prorrogação por mais um ano de execução. Eu faço uma consideração, que  
155 dê o prazo que consta no ofício, o prazo de 12 meses. **Ruy Pedro Baratz Ribeiro, Lar da**  
156 **Amizade:** Mas a contar de quando? **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal**  
157 **da Fazenda - SMF:** Tem que ser 21/09/2023. **Ruy Pedro Baratz Ribeiro, Lar da Amizade:**  
158 Mas no meu modo de ver, assim, acho que deveria ter um parecer em duas partes, uma parte  
159 onde vocês vão referir que tendo em vista o momento em que chegou... **Sônia Rejane dos**  
160 **Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda - SMF:** Mas isso está, é da análise. **Ruy**

161 **Pedro Baratz Ribeiro, Lar da Amizade:** Sim, mas não está bem caracterizado. Segundo,  
162 que considerando essa demora que o prazo fosse a contar da data da nova resolução. **Sônia**  
163 **Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda - SMF:** Mas isso a gente pode  
164 colocar na resolução, não no parecer. O parecer é favorável ao solicitado. Não sei o que  
165 aconteceu internamente na Secretaria e aí a PGM diz que não passou pelo pleno, não foi  
166 definido por nós. Aí eu liguei e falei com a Rochele, porque nós não estávamos entendendo, aí  
167 ela falou o que precisava e entendi o que era. Então, era só a prorrogação de prazo. **Eleonora**  
168 **Kehles Spinato, Clube de Mães Cristal:** Passou pela Junta isso? **Sônia Rejane dos Santos**  
169 **Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda - SMF:** Olha, só olhando todo trâmite, mas pela  
170 Junta passou lá atrás, lá na formalização do termo, não agora. Pelo menos eu não enxerguei  
171 nenhum despacho da Junta. Isso, mandaram ao Comui pedindo a manifestação pela  
172 prorrogação. Enfim, o ofício está ali e a câmara é de parecer favorável. Eu acho que pode  
173 constar na resolução, Seu Ruy, se o pleno entender que é a partir de agora os 12 meses, pode  
174 ter essa ressalva. A gente pode fazer esse adendo. **Elisiane Albuquerque, Asilo Padre**  
175 **Cacique:** Melhor ficar 14 meses, senão vai ficar com 02 meses no limbo. **Sônia Rejane dos**  
176 **Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda - SMF:** A resolução sairia: O pleno  
177 autoriza a prorrogação a contar da data... Pelo período do ofício, que são 12 meses, a contar  
178 da data da aprovação, a aprovação é hoje. [Falas concomitantes]. Então, vai ficar com 12  
179 meses a contar da data da aprovação. É isso. **Neli Miotto, Bancos Sociais do Rio Grande do**  
180 **Sul:** Como nos manifestamos? Aprovamos? Então, aprovado a partir da data da resolução, 12  
181 meses. **APROVADO O PARECER DA CÂMARA.** **Sônia Rejane dos Santos Vieira,**  
182 **Secretaria Municipal da Fazenda - SMF:** Da nossa câmara era isso. **Neli Miotto, Bancos**  
183 **Sociais do Rio Grande do Sul:** Obrigada, gurias. A Câmara de Comunicação tem alguma  
184 coisa? Não? Então, vamos passar para a Glauce, mas veio nos trazer uma pauta. Vai lá, por  
185 favor!

186 **- PRORROGAÇÃO DO MANDATO DO COMUI:**

187 **Glauce Neide da Silva Rodrigues, Comissão Eleitoral:** Eu trouxe aqui o documento, o  
188 ofício que a gente fez de prorrogação. O que acontece? A comissão estava trabalhando  
189 direitinho, formulando as datas, vendo o calendário, foi tudo muito trabalhoso e este  
190 documento foi enviado para ser publicado. Vou ler aqui bem o que aconteceu: *Considerando*  
191 *que a Comissão Eleitoral aprovou no Fórum, na data de 17 de outubro de 2023, e*  
192 *encaminhou para o Comui o Edital de Eleição com o cronograma para execução das*



193 *Eleições Biênio 2024/2025, o qual contemplava a data do dia 11 de dezembro de 2023, para*  
194 *a realização das eleições, sendo aprovada pelo Conselho Municipal do Idoso em 17 de*  
195 *outubro e encaminhada à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social para publicação.*  
196 *Considerando que a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social encaminhou o edital à*  
197 *Procuradoria Geral do Município para parecer em 04 de novembro, cuja devolutiva ocorreu*  
198 *com questionamentos e sugestões na data no dia 16 de novembro, impossibilitando nesta*  
199 *data, desta forma, o cumprimento do cronograma original apresentado. Então, atrapalhou*  
200 *todo o cronograma do edital. [Segue leitura]: Considerando a necessidade de assegurar a*  
201 *validade dos atos implementados pelos eleitos do Comui, sob pena de ser sucinta a sua*  
202 *nulidade, uma vez que seus mandatos se encerram na data do dia 07 de dezembro de 2023.*  
203 *Considerando o período de redução e até recesso das atividades das OSCs de atendimento*  
204 *indireto, principalmente por ser o período em que a população idosa busca acolhimento de*  
205 *sua família. Considerando o cronograma do Edital de Eleição do Comui, aprovado no dia 17*  
206 *de outubro em assembleia do Fórum. Diante do exposto, solicita-se a prorrogação das*  
207 *eleições do Conselho Municipal do Idoso de Porto Alegre pelo prazo de 90 dias, bem como, a*  
208 *necessidade jurídica de emissão de decreto municipal para confirmar o adiamento, tanto das*  
209 *eleições dos Conselheiros da sociedade civil do Comui, quanto para a extensão do mandato*  
210 *dos atuais Conselheiros até a posse do novo Conselho. Assim, dando andamento aos*  
211 *trabalhos desta Comissão Eleitoral. O que aconteceu? Quando o projeto, o edital, que era*  
212 *para ter sido publicado foi parar na Procuradoria Geral e lá teve vários empecilhos, como*  
213 *formulação de texto, ah, muda isso, o calendário, mais não sei o que, letra maiúscula, a*  
214 *Eleonora até estava junto na reunião, né, estávamos nós do Fórum, eles falaram que tinha que*  
215 *passar pela PGM. **Eleonora Kehles Spinato, Clube de Mães Cristal:** Nós sabíamos que não*  
216 *necessariamente, porque é uma eleição da sociedade civil. Eu conversei com a Verônica, que*  
217 *era da SMGOV e fez todas as outras, ela nunca mandou para a PGM. Então, nós estranhamos*  
218 *que tenha sido encaminhado. Claro, não deu para cumprir o cronograma da comissão. **Glauce***  
219 ***Neide da Silva Rodrigues, Comissão Eleitoral:** E a gente não tem como fazer isso correndo.*  
220 *Quiseram fazer com que a gente desse um jeito de acontecer tudo agora, mas não acontece*  
221 *isso. **Ruy Pedro Baratz Ribeiro, Lar da Amizade:** Então, isso vai dar em 07 de março.*  
222 ***Glauce Neide da Silva Rodrigues, Comissão Eleitoral:** Isso aí! [Falas concomitantes]. **Neli***  
223 ***Miotto, Bancos Sociais do Rio Grande do Sul:** Pelo calendário a eleição seria no dia 05 de*  
224 *março e a posse dia 11 ou 12 de março. **Eleonora Kehles Spinato, Clube de Mães Cristal:***

225 É porque tem o prazo legal, na hora que sair no Dopa o edital, é obrigatório ter 30 dias, ficar  
226 aberto por 30 dias. Aí tem o período de inscrição das OSCs, tem o período de recursos, 05  
227 dias. Então, vai se estender. **Glauce Neide da Silva Rodrigues, Comissão Eleitoral:** A gente  
228 entende que as OSCs não vão ser prejudicadas, porque tem todo esse prazo de recursos, a  
229 gente não pode fazer nada atropelado, porque é um prazo legal também. **Elisiane**  
230 **Albuquerque, Asilo Padre Cacique:** E como que nós aqui vamos fazer? **Neli Miotto,**  
231 **Bancos Sociais do Rio Grande do Sul:** Por isso a prorrogação de mandato para que a gente  
232 possa atuar até o dia 07 de março. **Ruy Pedro Baratz Ribeiro, Lar da Amizade:** Tem que  
233 prorrogar por mais tempo, isto é um calendário, não estamos falando na prática. **Neli Miotto,**  
234 **Bancos Sociais do Rio Grande do Sul:** Pelo calendário o edital sai em janeiro, as eleições  
235 vão ser antes. **Maria da Graça Furtado, Fundação de Assistência Social e Cidadania –**  
236 **Fasc:** Só não entendi uma coisa, ainda está com a PGM? **Glauce Neide da Silva Rodrigues,**  
237 **Comissão Eleitoral:** Sim. **Maria da Graça Furtado, Fundação de Assistência Social e**  
238 **Cidadania – Fasc:** Não se sabe quando vão liberar? **Glauce Neide da Silva Rodrigues,**  
239 **Comissão Eleitoral:** A Procuradora ia ver de novo. **Neli Miotto, Bancos Sociais do Rio**  
240 **Grande do Sul:** A gente se reuniu aqui, estava a Rochele, o jurídico, o Comui e o Fórum,  
241 também a comissão. Então, fomos todos chamados para a reunião, devolvemos as respostas, a  
242 SMDS deve ter encaminhado para a PGM, não sei, enfim, se devolveu as respostas dos  
243 questionamentos. a PGM deve ter encaminhado para a Procuradora e agora a gente aguarda o  
244 retorno da Procuradora. De qualquer forma, no dia da reunião a gente falou que com esses  
245 prazos, com o não atendimento daquele calendário anterior, agora não teria mais tempo hábil  
246 para fazer a eleição este ano. Então, que o Fórum estaria já sugerindo a prorrogação de  
247 mandato para que não ficasse esse período descoberto de janeiro e fevereiro. **Maria da Graça**  
248 **Furtado, Fundação de Assistência Social e Cidadania – Fasc:** Nós vamos votar e essa  
249 votação vai se do que exatamente? **Glauce Neide da Silva Rodrigues, Comissão Eleitoral:**  
250 Da prorrogação. **Maria da Graça Furtado, Fundação de Assistência Social e Cidadania –**  
251 **Fasc:** Mas não com data, né? Porque depende do retorno da PGM. [Falas concomitantes].  
252 Eles têm que mandar um retorno, pelo menos uma data para a eleição. E se vierem outros  
253 questionamentos? Aí vamos fazer outra prorrogação? **Glauce Neide da Silva Rodrigues,**  
254 **Comissão Eleitoral:** Já foi feito o acerto da documentação, naquele dia da reunião saímos  
255 dali com tudo encaminhado. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da**  
256 **Fazenda - SMF:** O que a gente vai hoje votar, como diz a Graça, é só a prorrogação? Mas



257 para quando seria a eleição, 30 de março? [Falas concomitantes]. **Neli Miotto, Bancos**  
258 **Sociais do Rio Grande do Sul:** Tem que colocar prazo, não dá para prorrogar sem prazo. Já  
259 foi encaminhado um e-mail à SMDS pedindo a prorrogação por 90 dias. Então, o que a gente  
260 tem que aprovar são os 90 dias. **Glauce Neide da Silva Rodrigues, Comissão Eleitoral:** Foi  
261 enviado ontem. **Neli Miotto, Bancos Sociais do Rio Grande do Sul:** Então, vamos votar. Se  
262 precisar, depois teremos que prorrogar de novo, mas já veio um ofício para a SMDS com a  
263 prorrogação de 90 dias. Agora, bom, só nos cabe referendar o ofício ou não. **Sônia Rejane**  
264 **dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda - SMF:** Janeiro e fevereiro são meses  
265 de férias. Podemos aprovar esses 90 dias e deixar a sugestão de 120 dias. [Falas  
266 concomitantes]. **Neli Miotto, Bancos Sociais do Rio Grande do Sul:** Gente, é isso! Vamos  
267 votar. **Eleonora Kehles Spinato, Clube de Mães Cristal:** Votar com a sugestão da Sônia.  
268 **Neli Miotto, Bancos Sociais do Rio Grande do Sul:** Aprovamos os 90 dias, com sugestão de  
269 120? É isso? A Anete se abstém. Então, aprovamos os 90 dias de prorrogação, conforme  
270 encaminhado pela Comissão Eleitoral. **APROVADO OS 90 DIAS DE PRORROGAÇÃO**  
271 **DE MANDADO DO COMUI.** Se não der os 90 dias, fica a sugestão dos 120, a prorrogação.  
272 Ok! **Glauce Neide da Silva Rodrigues, Comissão Eleitoral:** Eu posso ir? **Neli Miotto,**  
273 **Bancos Sociais do Rio Grande do Sul:** Sim, Glauce. Muito obrigada! [Aplausos]. A Rochele  
274 já chegou, pessoal. Nós não conseguimos vencer a nossa pauta hoje, o que ficou nós vamos  
275 retomar na próxima plenária. Ok? Rochele, pode começar, por favor.

276 - **CONTINUAÇÃO APRESENTAÇÃO SMDS (MINUTA DE ORDEM DE SERVIÇO):**  
277 **Rochele Scott Neves, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SMDS:** Nós  
278 paramos aqui... Ah, boa tarde a todos, a gente entra de qualquer jeito. Então, a gente vai  
279 retomar, eu sei que nem todos estavam na última plenária em que a gente iniciou a discussão  
280 desta minuta de ordem de serviço. Para vocês visualizarem, é nem assim, esse modelo aqui  
281 como está, que está separado com as cores e que foi construído ou proposto por cada  
282 Conselho, é desta forma e ele vai constar no processo, que é para o pessoal entender no  
283 processo que é o que foi proposta de cada Conselho. Então, a gente pode trazer a informação  
284 que foi uma apresentação coletiva. Então, assim, nós paramos no Artigo 13 e eu vou lendo ali:  
285 *Dos valores, caso não estejam apresentados no plano de trabalho, não estejam previsto no*  
286 *projeto aprovado no Conselho respectivo, será imediatamente suspensa a tramitação do*  
287 *expediente na Unidade de Administração de Fundos.* Eu vou retomar, porque a gente parou  
288 bem nesta pauta, eu acho que é bem importante a gente trazer isso. Então, isto é justamente a

289 ideia da gente poder dar celeridade nos processos que não têm nenhum tipo de problema, que  
290 eles sejam prioridades na tramitação. Às vezes a gente fica um bom tempo em cima de um  
291 processo e outros processos que estão ok a gente não consegue dar celeridade. Então, a ideia,  
292 como a gente diz aqui, que caso os itens apresentados no plano de trabalho não estejam  
293 previstos no projeto, ele suspende, é aquela lógica de que retorna ao Conselho para que o  
294 Conselho possa reavaliar quando tem situações que não estão de acordo com o plano de  
295 trabalho como projeto. Seguimos, e de novo, para quem não estava na última planária, é  
296 importante na hora se tiver dúvidas ou sugestões, se você quiser mudar já interrompe na hora  
297 que a gente para, conversa, pensa e depois a gente coloca aqui. Então, Artigo 14 - *Havendo a*  
298 *necessidade de alterações no projeto aprovado, mediante resolução do Conselho, ficará a*  
299 *cargo da instituição encaminhar a solicitação de modificação ao Conselho, reenviando novo*  
300 *projeto, apontando as alterações solicitadas através da Secretaria do colegiado respectivo. O*  
301 *que acontece hoje? Acontecem situações...* A Jennifer, infelizmente, que acompanha bastante,  
302 não pode vir, porque está no pós-operatório, né. Então, o que acontece? No momento, às  
303 vezes, a instituição vem com o plano de trabalho que não está de acordo com o projeto e fica a  
304 gente lá no financeiro tentando resolver, mandando para o Conselho e conversando para tentar  
305 resolver. Mas é uma prerrogativa, é uma competência da instituição, se ela quer mudar o seu  
306 projeto que aprovou, quem pode solicitar essa mudança é a própria instituição, né. Não pode a  
307 gente pedir uma mudança de um projeto que é da instituição, dizendo que a gente acha que a  
308 instituição deve mudar. Não, a gente não acha nada! Então, quem acha é a instrução, a gente  
309 só está dizendo que é uma obrigação da instituição consultar o seu Conselho para fazer a  
310 alteração do seu projeto. Parágrafo único – *A EOF/UAF reiniciará a etapa de análise do*  
311 *plano de trabalho suspenso, somente após a nova aprovação do Conselho, mediante nova*  
312 *solicitação ao e-mail do Fundo respectivo. O que é importante aqui? Porque aqui é a hora que*  
313 *zera aquelas etapas que a gente botou, aqueles prazos que a gente botou lá, a partir do*  
314 *momento e nós botamos, se vocês recordam inicialmente, nós colocamos etapas: a etapa do*  
315 *projeto para captação, a etapa da pré-análise. Eu até troquei, fiz questão de colocar “pré-*  
316 *análise” ali para facilitar. Então, assim, a gente sai de uma etapa e retorna para outra, isso é*  
317 *importante a instituição saber, porque quando a instituição chega e diz que está há um tempão*  
318 *o processo, mas parou, os prazos vão estar suspensos. Por quê? Porque ele vai voltar lá para a*  
319 *etapa do projeto. E agora que foi aprovado novamente no Conselho um novo projeto, a*  
320 *alteração, aí ela vai lá para o e-mail dos Fundos, Fumid, e olha, agora está alterado, solicito*

321 prosseguimento para poder retomar e a gente reiniciar a contagem. **Anete Maria Nunes de**  
322 **Oliveira, Sociedade Espírita Maria de Nazaré:** Após o Conselho aprovar a instituição vai  
323 receber a informação de que foi aprovado e vai mandar um e-mail para o Fundo, é isso?  
324 **Rochele Scott Neves, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SMDS:** Isso!  
325 **Anete Maria Nunes de Oliveira, Sociedade Espírita Maria de Nazaré:** Então, o Conselho  
326 vai gerar uma resolução aprovando e essa resolução tem que ser enviada? Quem vai enviar a  
327 resolução? A secretaria, né? **Rochele Scott Neves, Secretaria Municipal de**  
328 **Desenvolvimento Social – SMDS:** Eu trago como questionamento, para a gente conversar  
329 juntos. Se é necessário a gente aprovar tudo por resolução, porque às vezes eu fico na dúvida  
330 também eu sei que a aprovação de um projeto, óbvio que é por resolução. Às vezes é uma  
331 situação tão pequeninha e a gente tem que passar para emitir uma resolução. Esse tempo para  
332 a instituição é maior. Eu também gostaria de trazer em uma alternativa para esse processo ser  
333 mais rápido. **Anete Maria Nunes de Oliveira, Sociedade Espírita Maria de Nazaré:** Mas,  
334 então, mudou, porque até onde eu sabia a gestora de parcerias ia aprovar algumas coisas.  
335 **Rochele Scott Neves, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SMDS:** Não,  
336 vamos lá. A gestora de parcerias só entra quando existe parceria. Neste momento não existe  
337 parceria. [Falas concomitantes]. É aquela etapa que hoje a equipe de formalização faz. **Anete**  
338 **Maria Nunes de Oliveira, Sociedade Espírita Maria de Nazaré:** Se a instituição vai trocar  
339 três computadores e uma impressora por quatro computadores, isso precisa passar pelo  
340 Conselho? **Rochele Scott Neves, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social –**  
341 **SMDS:** É isso que a gente está discutindo, que aí vêm as questões das mudanças, aí que vem  
342 a complicação e a gente discutiu bastante. Quando o Conselho aprova uma despesa, é muito  
343 complicado a gente entregar na mão de um servidor, seja ele quem for, dizendo que aquela  
344 despesa que foi aprovada pelo Conselho, ele concorda com a mudança, porque a gente está  
345 abrindo uma porteira perigosa, se vocês concordam comigo. A instituição diz que vai comprar  
346 três computadores e uma impressora, aí de repente ela resolve comprar três computadores e  
347 sei lá, uma geladeira, é complicado quando é o servidor que fica naquela, é ele quem vai  
348 aprovar? Aí daqui a pouco o Conselho – Só um pouquinho, nós que temos da prerrogativa de  
349 deliberar despesa! Nós aprovamos uma coisa, a OSC está apresentando outra coisa e vocês  
350 estão dizendo que está ok? Então, o que vai acontecer aqui? Aqui são as questões de  
351 percentuais. Por exemplo, salário, reajuste, essas questões que acontece e que eu acho que é  
352 uma outra linha. Mudam as necessidades, quanto mais as questões relativas ao orçamento e a

353 gente sabe disso, né. E aí é uma outra pauta, mas essa questão específica dessa primeira etapa,  
354 é a etapa que a pessoa vai olhar e tem que bater com aquilo que tu apresentaste lá no  
355 Conselho, que foi aprovado pelo Conselho, com o que está sendo apresentando hoje aqui no  
356 plano de trabalho. **Neli Miotto, Bancos Sociais do Rio Grande do Sul:** Eu estou pensando  
357 assim, por exemplo, vou pegar um projeto meu. Ele foi aprovado, se apresentou um plano de  
358 trabalho, como nesse meio tempo se aprovou outro projeto eu precisei alterar uma função, um  
359 RH. Então, a partir do momento que eu faço isso ele volta lá para a estaca zero? **Rochele**  
360 **Scott Neves, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SMDS:** Ele volta para a  
361 estaca de mudar projeto sim. Ele volta para a estaca zero, mas é conforme eu expliquei até na  
362 última plenária, ele vai acompanhar sempre o mesmo processo para facilitar os  
363 entendimentos. Antes não era assim, antes era aberto um novo processo nessa situação e isso  
364 vai acabar. A partir da ordem de serviço um se vincula ao outro. **Neli Miotto, Bancos Sociais**  
365 **do Rio Grande do Sul:** Isso para mim não existe, era sempre um número. **Rochele Scott**  
366 **Neves, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SMDS:** Não. Eram processos  
367 separados e dava bastante confusão. Agora, vamos lá, digamos, a instituição pede alteração,  
368 encaminha para o Conselho, ainda que a resolução não tenha chegado, como aquele processo  
369 está lá na caixa da EOF/UAF, porque estala aguardando que a OSC altere aquele item do  
370 projeto, já recebemos a informação que foi aprovada em plenária, já está lá. Então, não vai  
371 mudar, a resolução só vem para formalizar o que está aprovado. Então, a gente consegue tocar  
372 adiante a tocar a resolução. O projeto parou com o prazo porque não estava apto para a  
373 tramitação, porque foi uma necessidade da instituição alterar o seu projeto e a prerrogativa de  
374 alterar projeto é do Conselho. Então, cabe á instituição tratar com o Conselho, oficial que sim,  
375 é lá pelo e-mail da Secretaria que vai ter que chegar no Conselho para fazer a alteração. A  
376 gente pode até construir, não precisa ser por resolução, alguma outra forma, uma  
377 manifestação no processo, pela câmara, seguinte pode pensar e eu estou aberta para a gente  
378 construir. Agora, a OSC tem que nos dizer que o Conselho aprovou o pedido, foi pedida a  
379 troca, o Conselho deu ok e agora quer pedir para tocar adiante. Quando tu rerepresentas não  
380 rerepresenta uma alteração, aí essa é uma discussão com a Comissão de Finanças lá no  
381 CMDCA. Tu acabas aprovando um novo projeto. [Falas concomitantes]. Desculpa, não  
382 entendi! **Anete Maria Nunes de Oliveira, Sociedade Espírita Maria de Nazaré:** Se a  
383 aprovação do Conselho fosse inserida no processo, também não daria continuidade? **Rochele**  
384 **Scott Neves, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SMDS:** O problema não é

385 a gente não dar continuidade no processo, o problema é a contagem de prazos. Primeiro que  
386 aquele processo vai cair na fila de espera, porque está aguardando, o servidor não vai ficar ali  
387 parado esperando. Os processos não têm que ficar em caixa, porque isso confunde e atrapalha  
388 o servidor. Então, qual é a orientação? Aquele processo veio, vamos dizer, para a EOF/UAF,  
389 a instituição entendeu que tem que parar, que zerou, o processo é colocado lá em  
390 acompanhamento especial, em processos que foram suspensos, enfim, a nomenclatura que for,  
391 é colocado e ele sai da caixa, porque quando a instituição falar que está apta, que pode, aí sim  
392 ela entra e aí a contagem dela inicia de novo. E aí tu dá o prazo do zero para o financeiro  
393 poder reaver, senão é aquele ciclo vicioso sempre na mesma OSC olhando, olhando. Aí é  
394 óbvio que vai se perder, porque aí tu tens vários processos entrando, os novos, os velhos, os  
395 que estão retomando ou que tem um parecer, que tem dois. Então, é uma forma do servidor se  
396 organizar – estou analisando neste momento “x” processo. E aí ele conta os prazos dele. Ok?  
397 Vou seguir adiante. Aqui é a questão do percentual e reajuste, porque isso é uma dúvida que a  
398 gente vem trabalhando e que a gente gostaria de construir com vocês, com os dois conselhos.  
399 é a questão do percentual, que hoje se trabalha de 10 a 20% com percentual de entendimento  
400 de coisas que reajustam quando chega lá nos fundos, como os salários que mudam, algum  
401 orçamento que, óbvio, faz dois anos depois, a vida mudou e essas questões podem mudar.  
402 Mas a gente tem dúvidas, porque não existe nada oficial sobre o percentual, nós não  
403 encontramos nada que nos organizem e seja taxativo. Eu acho que é uma construção que a  
404 gente pode fazer, não sei qual a sugestão de vocês. Hoje a gente está trabalhando com a lógica  
405 de 10 a 20% de algumas questões de mudanças e alterações de salário. Aí vou dizer, a  
406 alteração de salário é percentual de salário de uma pessoa. Então, é contratar uma psicóloga e  
407 aquele percentual de salário dessa psicóloga é uma previsão, enfim, do que está sendo  
408 construído. Então, são coisas diferentes do percentual quando a instituição vai contratar cinco  
409 psicólogas e dois administrativos, mas daqui a pouco resolve contratar só dois administrativos  
410 pelo valor que a gente ia pagar todos aqueles profissionais. Isso acontece e é diferente, porque  
411 muda completamente a previsão. A gente não precisa definir isso agora, mas eu trago para a  
412 gente poder pensar o que pode ser razoável dentro da experiência de vocês. **Neli Miotto,**  
413 **Bancos Sociais do Rio Grande do Sul:** E se a gente tomar como indicador o IPCA, digamos,  
414 6%, é o que mais ou menos tem acontecido. **Anete Maria Nunes de Oliveira, Sociedade**  
415 **Espírita Maria de Nazaré:** Quando uma pessoa já tem, um prestador de serviço, no caso,  
416 tem um contrato com a instituição, é acertado o reajuste que está no contrato, aí vocês



417 poderiam seguir o reajuste que está no contrato. Agora, quanto ao salário eu acho mais  
418 complicado, porque uma pessoa pode ter sido promovida. **Rochele Scott Neves, Secretária**  
419 **Municipal de Desenvolvimento Social – SMDS:** Tá, tudo isso tem lógica. A quando do  
420 contrato da instituição não estou nem desconsiderando, mas tudo vai passar também depois  
421 para os outros órgãos. Isso é temerário, porque vamos que uma instituição, e óbvio que de  
422 uma forma geral as instituições também querem gastar melhor, vamos dizer, gastar menos, né,  
423 de uma forma geral a instituição quer gastar de uma forma mais eficiente o recurso. Mas vai  
424 que tenha um contrato abusivo e coloca no contrato, tem uma cláusula abusiva no sentido de  
425 um reajuste abusivo, porque isso pode acontecer. e daqui a pouquinho a gente não pode se  
426 vincular a um contrato da instituição, a gente tem que se vincular ao que nós estamos  
427 passando. Então, acho que é temerário, porque pode vir de tudo, pode aparecer o contato que  
428 tiver. Entendeu? A gente fica com a porteira aberta. **Anete Maria Nunes de Oliveira,**  
429 **Sociedade Espírita Maria de Nazaré:** Mas vocês estão se pautando pela exceção. Na hora  
430 que apresentou um projeto que diz que já tem um contrato, por exemplo, com a Unimed, onde  
431 diz que o reajuste é o IPCA, tem que ser considerado. **Sônia Rejane dos Santos Vieira,**  
432 **Secretaria Municipal da Fazenda - SMF:** Mas se eu considerar um percentual de reajuste,  
433 então, isso teria que estar dentro de uma linha dentro da captação, porque se eu for considerar  
434 um valor, eu não teria que reduzir algum item? Ou eu estou falando algo errado? **Rochele**  
435 **Scott Neves, Secretária Municipal de Desenvolvimento Social – SMDS:** Não, está falando  
436 certo. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda - SMF:** Então,  
437 tem que ter alguma linha ali na captação. É isso? **Rochele Scott Neves, Secretária**  
438 **Municipal de Desenvolvimento Social – SMDS:** Tem lógica. **Anete Maria Nunes de**  
439 **Oliveira, Sociedade Espírita Maria de Nazaré:** Isso é o que acontece na prática, que as  
440 instituições normalmente reduzem. [Falas concomitantes]. **Rochele Scott Neves, Secretária**  
441 **Municipal de Desenvolvimento Social – SMDS:** A gente sabe que isso acontece, mas essas  
442 questões têm que ser esclarecidas no projeto, no processo de trabalho. **Maria Inês Andreotti**  
443 **Pereira, Parceiros Voluntários:** Quando a gente regra, a gente regra pelo geral e não pela  
444 exceção. A gente não procura, por exemplo, em uma etapa inicial criar um cargo porque pode  
445 acontecer isso ou aquilo. Então, nós não podemos esquecer que o marco regulatório tem  
446 várias etapas, inclusive, a etapa de monitoramento. Então, o monitoramento é que vai capturar  
447 se há um contrato abusivo. Então, esses cuidados a gente precisa ter. O outro elemento que a  
448 gente tem que conversa e sobre a capacidade que tem as organizações da sociedade civil de

449 fazer a mobilização de outros recursos. Isso, às vezes, como fica com uma rubrica muito  
450 engessada tu acabas não poupando ali, porque transforma isso em mais [Inaudível]. **Rochele**  
451 **Scott Neves, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SMDS:** Eu entendo essa  
452 questão da análise inicial cada vez mais criteriosa, vamos dizer, que a gente resolve com o  
453 monitoramento. O monitoramento vai direto na execução atualmente, acaba não entrando nas  
454 questões de monitoramento financeiro. Cada vez mais hoje a etapa final do processo, que a  
455 Procuradoria vem devolvendo os processos em razão de etapas primeiras que não foram  
456 redondas. Então, o que a gente está tentando? É não criar... A OSC cria toda uma expectativa.  
457 Tudo isso foi pensado dentro da realidade que a gente tem hoje, do que a gente está sendo  
458 cobrado e demandado. Hoje a gente está querendo que a OSC não crie expectativa de  
459 recebimento de recurso, aí a gente vai dizer – Não, a gente entendeu, vai tocando, a gente  
460 conhece. Chega lá na controladoria – Só um pouquinho, deu um problema no plano de  
461 trabalho, porque eu não entendi... E aí sim a gente sabe que tem processo voltando, tem um  
462 milhão de coisas que é na etapa inicial. Então, a gente está querendo o máximo possível  
463 liquidar os problemas na arrancada. A gente tem que tentar ter projetos que sejam amplos a  
464 ponto de não engessar tanto e não tão amplos que sejam uma porteira aberta para fazer o que a  
465 gente quer. Então, é a gente tentar começar achar esse meio termo para as OSCs para a gente  
466 poder tocar. Vamos voltar aqui, Artigo 16 – *Aprovado o plano de trabalho a EOF/UAf*  
467 *comunicará a OSC a decisão...* E aí é importante assim, a gente vai começar a cada vez mais  
468 registrar no processo das etapas para que quem acessa o SEI de fora esteja entendendo o que  
469 está acontecendo. É importante a OSC entender que está naquela etapa. Nós falamos na  
470 última plenária que nós não vamos pedir a documentação no início dessa etapa para não ficar  
471 a documentação lá vencendo. Concluiu, está tudo resolvido, o plano bateu, agora sim a  
472 documentação para a gente encaminhar para a formalização. Então, é menos uma etapa de  
473 atualização. O financeiro vai chamar para conversar com a OSC para resolver os assuntos.  
474 Agora, deu uma pendência na ata, ela não vai comunicar a OSC, hoje ela comunica vocês  
475 recebem isso, vai ser uma comunicação só que vai vir a partir da ASSETEC. Então, a  
476 ASSETEC junta todos os apontamentos, todos, comunica uma vez só. Isso era uma  
477 reclamação, mas agora vai tudo junto de uma vez só. Aqui – *Caso os documentos solicitados*  
478 *pela EOF/UAf não sejam enviados em até 05 dias úteis a conferência será colocada no final*  
479 *da fila de espera.* Então, é mais um prazo, pediu os documentos, não foram enviados em 05  
480 dias úteis, vai para o final da fila de espera e eu vou abrir outro processo para análise. Aquele

481 prazo morreu, quando chegar de novo... Isso é muito complicado para nós, porque nós  
482 estamos gerando uma obrigação que vai nos dar um tencionamento de cumprir os prazos, mas  
483 de uma forma também que vai ser um estímulo para que as instituições também tentem  
484 cumprir o prazo e a gente dar celeridade ao processo. Então, é para estimular todos e que,  
485 mais uma vez, o servidor não fique um tempão no mesmo processo. Artigo 17 - *A equipe de*  
486 *análise poderá questionar o Conselho respectivo sobre inconsistências encontradas no plano*  
487 *de trabalho, mesmo que aprovado mediante resolução, com o objetivo de atendimento das*  
488 *alternativas vigente e obrigatórias.* Agora, se entender que tem alguma coisa ali, que está  
489 inconsistente na normativa, ele vai questionar que a prerrogativa do administrador público,  
490 questionar o Conselho sobre a inconsistência. Esta é uma normativa interna, é para servidor e  
491 o servidor precisa saber que ele não precisa dizer amém para tudo se ele entender que não está  
492 de acordo, ele vai ter que questionar. *A EOF/UAF poderá emitir parecer pela continuidade da*  
493 *tramitação do plano de trabalho ou pelo indeferimento da continuidade, desde que*  
494 *devidamente justificado com o conhecimento da chefia de equipe, sendo enviado expediente e*  
495 *imediatamente para o conhecimento da coordenação de fundos.* Então, vamos lá, isso não  
496 aconteceu ainda, mas vamos que o servidor do financeiro está fazendo e não tem como, está  
497 errado, não está de acordo com a lei, não concorda. É um direito dele enquanto servidor, ele  
498 vai justificar os motivos e comunicar a chefia, que hoje é a Jennifer, que vai dizer que tem  
499 razão, não tem razão, pode seguir ou não e se entender que realmente não dá manda para a  
500 coordenação para a gente ter conhecimento. Caso o parecer seja pela impossibilidade de  
501 tramitação a coordenação deve anuir o parecer e comunicar o Conselho respectivo para  
502 conhecimento ou solicitar a continuidade da tramitação, desde que apresente os fundamentos  
503 legais para o prosseguimento. É um procedimento interno de segurança do servidor para que  
504 ele possa manifestar quando achar que tem alguma coisa no expediente administrativo e  
505 instruído com parecer. Bom, fechou no financeiro tudo? Encaminha para homologação. Aí a  
506 gente encerra a etapa da pré-análise e a OSC vai entender lá no processo que encerrou a pré-  
507 análise. O nosso prazo é de 15 dias úteis para iniciar a análise do expediente. Bom, o próximo  
508 aqui é para nós, porque tem um setor na Prefeitura responsável por dispensa de chamamento e  
509 nós precisamos deixar publicado lá. Aqui é sobre confeccionar o termo, fazer a manifestação  
510 técnica com base nesse referencial da PMS. Nesta etapa que está a Junta Administrativa, que a  
511 gente vem discutindo a questão da Junta. Hoje a gente retira a etapa da Junta e deixando bem  
512 claro para todo mundo, nós não extinguimos a Junta e nem temos competência para isso, a

513 Junta é uma previsão legal, mas não entendemos que tenha previsão legal de, obrigatoriedade,  
514 passar o processo pela Junta, cada processo. Eu acho que se passa as informações gerais,  
515 relatórios, essas informações. Hoje cada vez que passa para a Junta, e várias instituições têm  
516 problemas, demora. Entre vários problemas que a gente tem um deles é a Junta, a gente está  
517 tentando cortar o máximo possível de etapas. **Anete Maria Nunes de Oliveira, Sociedade**  
518 **Espírita Maria de Nazaré:** E qual a participação do Comui nessa fase? **Rochele Scott**  
519 **Neves, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SMDS:** Não tem necessidade  
520 nenhuma, porque a partir do momento, e aí a gente entende isso claro, a partir do momento  
521 que o Conselho... Só para entender o que a gente está entendendo. A Junta Administrativa foi  
522 criada com uma competência que era de dar o parecer técnico administrativo, mas o parecer  
523 técnico é suprido pela ASSETEC, tem uma assessoria técnica, não tem porque ter um parecer  
524 técnico também. Segunda situação, o Conselho é o aprovador do projeto, ele já aprovou o  
525 projeto, é ele que define a despesa, ninguém discute a despesa que o Conselho aprovou. Ele  
526 disse que estava de acordo com aquele projeto. **Anete Maria Nunes de Oliveira, Sociedade**  
527 **Espírita Maria de Nazaré:** Aprovou um projeto para captar, não aprovou o uso desse recurso  
528 ainda. O uso do recurso é o plano de trabalho. **Rochele Scott Neves, Secretaria Municipal**  
529 **de Desenvolvimento Social – SMDS:** A partir do momento que tu aprovas um projeto para  
530 captar o Conselho está de acordo que a instituição vai fazer um projeto e vai usar aquele  
531 recurso. O Conselho já aprovou, ele não vai retificar o que ele mesmo disse. Não tem lógica,  
532 ele aprovou o projeto. **Anete Maria Nunes de Oliveira, Sociedade Espírita Maria de**  
533 **Nazaré:** E qual a necessidade da ASSETEC fazer o parecer? **Rochele Scott Neves,**  
534 **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SMDS:** Porque a lei exige o parecer  
535 técnico. Hoje a gente designou a ASSETEC, poderia ser qualquer um, mas designamos a  
536 ASSETEC para ser mais fácil. Por quê? Para dar celeridade vou pegar quem já está fazendo o  
537 parecer, que já está com aquilo fresco na cabeça e não precisa rever todo o processo de novo e  
538 já toco os dois. Simplesmente com o objetivo de dar celeridade em processos que se reclama  
539 que está há muito tempo. **Anete Maria Nunes de Oliveira, Sociedade Espírita Maria de**  
540 **Nazaré:** Resumindo, foi decidido que o Conselho não assina mais parecer dos planos de  
541 trabalho, antes dos TFs serem enviados para a PMS. **Rochele Scott Neves, Secretaria**  
542 **Municipal de Desenvolvimento Social – SMDS:** Estamos tocando todos, porque se a gente  
543 ficar esperando, a gente ia estar com muito mais processos... **Anete Maria Nunes de**  
544 **Oliveira, Sociedade Espírita Maria de Nazaré:** Não, não é verdade, porque até ontem...

545 **Rochele Scott Neves, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SMDS:** Ah, não  
546 eu estou falando dos termos... [Falas concomitantes]. Quando eu entrei aqui não tina mais e  
547 não tem necessidade. **Anete Maria Nunes de Oliveira, Sociedade Espírita Maria de**  
548 **Nazaré:** Não tinha quem fizesse pela Secretaria, aí encaminhavam. Agora, o que estão  
549 fazendo? Estão fazendo, eu nem sabia que tinham mudado os membros, o Comui não sabia,  
550 agora notei que os pareceres estão sendo feitos e enviados para a PMS sem a assinatura do  
551 Comui, pelo menos uma assinatura. Então, o que vocês estão dizendo? Não precisa mais da  
552 assinatura do Comui. **Rochele Scott Neves, Secretaria Municipal de Desenvolvimento**  
553 **Social – SMDS:** Pela lei não tem necessidade. **Anete Maria Nunes de Oliveira, Sociedade**  
554 **Espírita Maria de Nazaré:** O que o Procurador anterior se manifestou no processo? Que não  
555 poderia um parecer da Junta ser assinado pela minoria dos seus membros, tinha que ser pela  
556 maioria. **Rochele Scott Neves, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SMDS:**  
557 Hoje ele está sendo assinado... [Falas concomitantes]. Cada Junta tem uma regulamentação.  
558 Então, não sei a de vocês. **Anete Maria Nunes de Oliveira, Sociedade Espírita Maria de**  
559 **Nazaré:** São dois da Secretaria e dois do Comui. **Rochele Scott Neves, Secretaria**  
560 **Municipal de Desenvolvimento Social – SMDS:** Lá a gente assina e toca, ainda que o nosso  
561 entendimento não é que não existe, a gente está fazendo por uma questão de que a gente está  
562 fazendo para cumprir o fluxo de antes. A procuradora não nos aponta nesse sentido. **Anete**  
563 **Maria Nunes de Oliveira, Sociedade Espírita Maria de Nazaré:** Vamos cumprir o que está  
564 sendo dito na legislação, o Comui tem que assinar junto, até provem o contrário. **Rochele**  
565 **Scott Neves, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SMDS:** Mas não diz na  
566 legislação que tenha que passar cada processo pela Junta, fala da competência da Junta  
567 Administrativa e a gente já leu a competência da Junta Administrativa, em nenhum momento  
568 está dizendo ali que cada processo já aprovado pelo Conselho tenha que passar de novo pela  
569 Junta para a Junta falar o que ela já viu antes. **Anete Maria Nunes de Oliveira, Sociedade**  
570 **Espírita Maria de Nazaré:** Plano de trabalho não passa pelo Conselho. **Rochele Scott**  
571 **Neves, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SMDS:** Mas, gente, o plano de  
572 trabalho não passa pelo Conselho porque o plano de trabalho tem que espelhar o projeto.  
573 **Anete Maria Nunes de Oliveira, Sociedade Espírita Maria de Nazaré:** Na forma como era  
574 antes, com a participação da Junta nesse parecer, o Conselho fica tomando conhecimento do  
575 recurso que está sendo utilizado. É a única forma do Conselho ficar ciente de que uma  
576 instituição está utilizando o recurso. **Rochele Scott Neves, Secretaria Municipal de**



577 **Desenvolvimento Social – SMDS:** Não é a única forma, porque se receber o relatório dos  
578 recursos, vocês vão saber. Gente, se for do entendimento do Comui, sugestão de colocar essa  
579 etapa para vocês aqui, não tem problema nenhum. A gente está fazendo para dar celeridade,  
580 para ajudar as instituições. Assim, para nós é muito tranquilo a gente manter essa etapa. O que  
581 é importante registrar em ata? Como a gente entende, a gente vai fazer nova consulta, e não  
582 tem problema, eu tenho reunião esta semana com a Procuradora, se ela entende que deve  
583 permanecer, embora a gente já tenha conversado sobre isso, a gente entende que a gente não  
584 tem que mandar, porque a gente quer dar celeridade aos processos e a proposta foi isso. Hoje  
585 todos os pareceres atuais são feitos por nós mesmos, isso não vai entrar na nossa prioridade de  
586 etapas, senão o Comui vai ser uma etapa mais demorada do que no CMDCA, por exemplo.  
587 Por exemplo, é que se faça o parecer, mais que isso, que tenha a assinatura de um  
588 Conselheiro, que se espere um Conselheiro assinar. **Anete Maria Nunes de Oliveira,**  
589 **Sociedade Espírita Maria de Nazaré:** Mas era uma coisa operativa antes, a Junta era de 04  
590 membros que se falavam, a gente se comunicava e era operativo. **Rochele Scott Neves,**  
591 **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SMDS:** Não tem problema, o Conselho  
592 pode trabalhar com a Junta da forma que entender, porque isso não nos cabe. Se querem  
593 manter mais uma etapa e ter mais tempo... **Anete Maria Nunes de Oliveira, Sociedade**  
594 **Espírita Maria de Nazaré:** Mas é que volta da Procuradoria se não tiver. **Rochele Scott**  
595 **Neves, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SMDS:** Não, nós estamos  
596 construindo isso, não vai voltar. A lógica de construção que a Junta fazia era do parecer  
597 técnico exigido pela lei e a lei hoje, tem uma assessoria técnica que está fazendo isso, que não  
598 tinha oficializada. Se tem uma assessoria técnica dando um parecer técnico, para que a gente  
599 precisa de dois pareceres ser técnicos? Se é sugestão do Comui a gente coloca lá para manter  
600 a Junta Administrativa e que tenha a assinatura dos membros do Conselho. [Falas  
601 concomitantes]. **Anete Maria Nunes de Oliveira, Sociedade Espírita Maria de Nazaré:** O  
602 recurso não é da Prefeitura, o recurso é do Fundo. Gerido pelo Conselho. **Rochele Scott**  
603 **Neves, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SMDS:** Vamos lá, para a gente  
604 objetivar, nós vamos parar aqui no Artigo 23, vamos discutir isso, vamos ter reunião com a  
605 Procuradora, tiramos as dúvidas. Pode ser assim? Aí retomamos. **Neli Miotto, Bancos Sociais**  
606 **do Rio Grande do Sul:** Tá, Rochele. Pode ser. Já estamos no adiantado da hora...  
607 *Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião da Plenária do Conselho Municipal do Idoso, às*  
608 *16h30min, da qual foi lavrada a presente ata por mim, Patrícia Costa, sob o Registro nº 225257/2003 –*  
609 *FEPLAM, prevalecendo o princípio da presunção de veracidade.*